



Planejamento da Educação Inclusiva em sala de aula



- ✓ Necessidade de formação profissional
- ✓ Planejamento de aulas inclusivas
- ✓ Metodologias ativas
- ✓ Exemplos práticos



A inclusão não é um projeto para integrar alunos com deficiência, mas uma estratégia para melhorar as escolas para todos.

Mel Ainscow

Para começar a conversa

Adotar a educação inclusiva em sala de aula exige observar um conjunto de práticas e recursos que favorecem a participação equânime de todos. Portanto, é preciso ter um compromisso coletivo com o direito de aprendizagem dos estudantes. A seguir, você aprenderá como as propostas de educação inclusiva podem se tornar realidade nas escolas. Vamos juntos construir escolas mais inclusivas!



“

O respeito à autonomia e à dignidade de cada ser humano é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros.

Paulo Freire

”



Formação continuada dos professores

O primeiro passo para tornar a Educação Inclusiva uma realidade nas escolas é garantir o preparo dos profissionais. Dessa maneira, a formação continuada dos professores e demais colaboradores contribui para que eles saibam lidar com as demandas dos estudantes. Existem formações específicas para esse fim, como o AEE. Porém, além de haver profissionais especializados, os demais educadores devem estar prontos para lidar com diferentes estudantes.

Para promover essa aprendizagem constante, a equipe gestora é responsável por proporcionar oportunidades como palestras, cursos, materiais de apoio etc.

Da mesma forma, os educadores devem ser proativos e buscar formas de continuar aprendendo, seja com a leitura de materiais enriquecedores ou em conversas com profissionais. Mais uma possibilidade é que professores e outros profissionais da escola compartilhem suas experiências e troquem conhecimentos.

Dentro dos horários instituídos para hora-atividade, a equipe pode criar grupos de estudo ou encontros para discutir casos práticos, estratégias de ensino inclusivo e métodos de adaptação de atividades. Outra opção é usar esses espaços para os professores compartilharem os desafios enfrentados e as soluções que encontraram. Trata-se de uma forma de encontrar caminhos e refletir acerca da práxis, construindo, juntos, um ensino colaborativo.

Afinal, nem sempre é fácil lidar com a gama de diversidades apresentadas pelos estudantes, considerando que os sujeitos são singulares, possuem formas diferenciadas de aprender, sendo a figura do professor, ferramenta importante que consolida o conhecimento a ser adquirido pelo estudante.

Caso existam barreiras para que o professor consiga lidar com esse contexto, a mediação sofrerá prejuízos e a aprendizagem de toda a turma será comprometida.



Acessibilidade nas plataformas EaD do IBS

Falando em formação continuada, destacamos que, nas formações EaD para educadores, o IBS oferece uma diversidade de cursos que promovem ideias e ferramentas para o trabalho para e com alunos com deficiência. Além disso, as próprias plataformas de estudo são acessíveis, permitindo que qualquer educador, com qualquer tipo de deficiência, estude por meio delas com o auxílio da assistente Rybená, que interpreta os conteúdos para Libras, voz e apresenta opções que oferecem mais conforto e comodidade ao estudante.



Manutenção de equipe profissional

Apesar das responsabilidades do professor regular, ele não deve ter atribuições de especialistas. Portanto, a escola precisa assegurar a presença de profissionais preparados para atender a determinadas demandas – realizando a manutenção adequada do seu quadro de funcionários.



A equipe multiprofissional pode ser formada por gestores escolares, coordenadores pedagógicos, professores de apoio especialistas em Educação Especial, profissionais de apoio, intérpretes, mediadores, psicopedagogos e tantos outros que ajudem na inclusão e orientem os educadores. A garantia de uma equipe composta por funcionários qualificados e especializados permite criar um ambiente de aprendizado mais inclusivo.

O gestor escolar é um agente essencial na consolidação da inclusão no contexto educacional. Sua atuação deve ser pautada em princípios democráticos, garantindo que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade e que respeite suas especificidades. Assim, uma gestão comprometida com a inclusão não apenas transforma a escola em um ambiente mais acolhedor e equitativo, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Com a equipe alinhada, os estudantes recebem o suporte adequado para o seu desenvolvimento, sem sobrecarregar os professores regulares com funções que não fazem parte das suas atribuições.



São atribuições da direção escolar:

1- Elaboração e implementação de políticas inclusivas: criar um Projeto Político-Pedagógico (PPP) que conte com diretrizes e estratégias voltadas para a inclusão, garantindo o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes com deficiência.

2- Capacitação da equipe escolar: promover formação continuada para professores e funcionários, abordando temas como adaptação curricular, tecnologias assistivas e metodologias inclusivas (MEC, 2008).

3- Articulação com a comunidade escolar: estabelecer parcerias com famílias, profissionais de saúde e serviços de apoio especializado, a fim de garantir um atendimento adequado aos estudantes com deficiência (Glát & Fernandes, 2005).

4- Adaptação do espaço físico e dos recursos didáticos: viabilizar a acessibilidade física e pedagógica na escola, garantindo que todos os alunos possam participar das atividades escolares de forma equitativa.

Planejamento de aulas sob a perspectiva da Educação Inclusiva

O planejamento das aulas no âmbito da Educação Inclusiva deve considerar as necessidades dos estudantes. Assim, quando a sala de aula tem demandas específicas, o professor precisa avaliar esses elementos para pensar em explanações diversificadas e tarefas mais adequadas.

Veja algumas etapas a considerar na hora de preparar as aulas sob a perspectiva da Educação Inclusiva!

Entenda as necessidades dos estudantes

Antes de começar a planejar a aula, o professor deve conhecer as demandas dos seus estudantes. Ele precisa saber quais são as dificuldades e potencialidades e como elas podem ser trabalhadas em sala.

Quando o professor já tem um vínculo com a turma, fica mais fácil identificar a diversidade de características e pensar em como explorá-las no planejamento. No entanto, se a ideia for trabalhar com uma turma nova, da qual se tem poucas informações, vale a pena ter algumas aulas focadas em conhecer os estudantes.

É possível desenvolver dinâmicas de apresentação, brincadeiras e outras atividades que dia-

loguem com a matéria para criar um ambiente acolhedor e auxiliar a sua percepção da turma. Um exemplo seria um jogo em que os estudantes compartilham uma informação sobre si mesmos, como seus interesses e pontos fortes.

Uma opção é o professor pedir para cada estudante escrever uma palavra ou desenhar uma ideia que o represente e, depois, compartilhar com a turma. Assim, podemos identificar como os estudantes se comunicam, quais habilidades apresentam e em que áreas precisam de mais apoio.

Essa é mais uma forma de criar um ambiente de confiança e empatia. Com a medida, a turma tende a ficar gradativamente mais à vontade para expressar suas dificuldades ou necessidades específicas.



Estabeleça os objetivos de aprendizagem

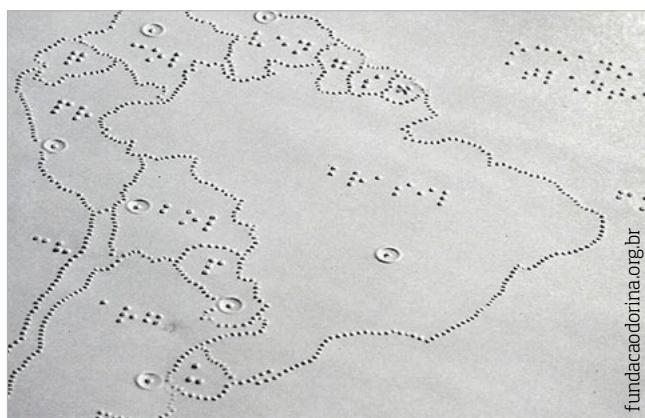
O passo seguinte do planejamento é estabelecer os objetivos de aprendizagem. O professor deve saber o que pretende desenvolver nos estudantes naquela aula para avaliar se o objetivo foi cumprido ao fim dela. Dessa maneira, ele define também o que precisa ser ajustado.

Ter clareza sobre o objetivo é uma forma de entender quais estudantes conseguem alcançá-lo e quais apresentam mais dificuldades.

Exemplo prático

Imagine que você é um professor de história do quinto ano e está preparando uma aula sobre a chegada dos portugueses ao Brasil. Nesse contexto, alguns objetivos poderiam ser:

- compreender a chegada dos portugueses ao Brasil e suas implicações para os povos originários;
- analisar criticamente as fontes históricas;
- compreender a diversidade cultural e o impacto das culturas dos povos originários e cultura africana na sociedade brasileira;
- refletir sobre as consequências do colonialismo para as populações nativas e suas mudanças sociais e culturais.



Ao terminar a aula, você tem um norte para saber se ela teve bons resultados. Outro benefício de realizar um planejamento com esse foco é a facilidade para pensar em como fazer a apresentação do tema, em quais adaptações são necessárias e quais são os recursos a serem explorados. Por fim, os objetivos servem como base para as avaliações aplicadas.

Planejamento Reverso



Compreender o conceito de planejamento reverso permite ao professor ter propostas mais robustas para suas aulas, garantindo etapas focadas na aprendizagem dos estudantes. Veja a seguir:

Etapa 1 - definir os objetivos de aprendizagem;

Etapa 2 - com objetivos bem definidos, o professor precisa identificar evidências de aprendizagem, ou seja, saber se o estudante realmente atingiu o objetivo esperado;

Etapa 3 - o último passo do processo é a definição das estratégias, ou seja, quais serão as experiências de aprendizagem propostas aos estudantes para que o objetivo de aprendizagem seja atingido.

Independente da etapa de planejamento, o professor não pode perder de vista a intenção de trabalhar com foco no estudante e no desenvolvimento de sua autonomia.

Quer saber mais sobre planejamento reverso e como ele pode contribuir com a inclusão em sua sala de aula? Você pode conhecer um pouco mais sobre este curso [clicando aqui!](#) Conheça o nosso curso de Planejamento Pedagógico e inscreva-se.



Adapte o conteúdo

Com as demandas dos estudantes e os objetivos da aula em mente, é o momento de adaptar o conteúdo. Reflita se todos terão condições de atender ao que você projetou e veja o que precisa ser feito para as metas serem alcançadas plenamente por todos os estudantes.

Além de promover adaptações no conteúdo, o professor pode explorar metodologias diversificadas, que contribuam para a inclusão. Por exemplo, uma opção é dividir o conteúdo em partes menores, para os estudantes com dificuldades de aprendizagem conseguirem acompanhar o ritmo da aula.

Também é interessante utilizar diversos formatos de material, como vídeos, áudios, textos simples ou ilustrações. Os recursos atendem a diferentes estilos de aprendizagem e permitem tornar o conteúdo mais acessível.

Você ainda deve verificar a necessidade de oferecer materiais de apoio, como resumos ou guias visuais, para auxiliar estudantes com dificuldades de leitura ou compreensão. Tenha em mente que as adaptações são oportunidades de aprendizagem para o professor.

Ao longo de um trabalho inclusivo, o profissional tem a oportunidade de conhecer mais sobre os seus estudantes e ajustar a sua forma de dar aulas. Por meio dessa troca, o educador ganha um novo repertório, abordagens mais dinâmicas e visões ampliadas para melhorar a sua atuação.



Experimente abordagens de ensino diversificadas

Proporcionar um ensino inclusivo é uma oportunidade de aprendizagem também para o professor. Dessa forma, ele consegue experimentar diferentes abordagens para identificar aquelas que funcionam melhor para os seus estudantes. Apresentaremos algumas a seguir.

O **Desenho Universal para a Aprendizagem** (DUA) é uma abordagem pedagógica que visa tornar o ensino acessível a todos os estudantes, independentemente de suas habilidades ou limitações.

Baseado na neurociência e na diversidade de estilos de aprendizagem, o DUA propõe estratégias flexíveis para garantir que todos tenham as mesmas oportunidades de sucesso acadêmico. Algumas sugestões do DUA seriam:

- o uso de plataformas digitais com recursos de acessibilidade, como legendas automáticas, leitores de tela e opções de personalização;
- o desenvolvimento de atividades em diferentes formatos (gráficos, jogos, textos e experimentos práticos) para atender à diversidade cognitiva dos estudantes;
- avaliações adaptadas que permitam diferentes formas de expressão do conhecimento adquirido;
- e a criação de ambientes inclusivos, promovendo a interação entre estudantes com e sem deficiência.



Ao adotar estratégias flexíveis e acessíveis, é possível garantir que todos os estudantes tenham oportunidades reais de aprendizado e desenvolvimento. Para isso, é fundamental investir na formação de professores, na adaptação curricular e no uso de tecnologias assistivas.

Estratégias flexíveis e acessíveis costumam ser um desafio constante, já que a proposta que funciona bem com uma turma pode não ter resultados tão positivos com outra. Com o tempo, você percebe a individualidade dos estudantes e como cada um responde de maneira única aos métodos de ensino.

Por essa razão, considere experimentar abordagens variadas, como o ensino por projetos, atividades em grupo, debates, aulas expositivas com recursos multimídia e, até mesmo, jogos educativos. O uso de tecnologias assistivas também costuma ser uma excelente ferramenta para esse fim.

Um método que vale a pena considerar é o **ensino cooperativo**, em que os estudantes trabalham em grupos para alcançar objetivos comuns.

Trata-se de uma forma de unir estudantes com diferentes habilidades para que eles se ajudem, promovendo uma aprendizagem colaborativa que resulta na inclusão entre seus pares.



Plano Educacional Individualizado (PEI)

Uma ferramenta essencial para salvaguardar a inclusão de forma efetiva é o **Plano Educacional Individualizado** ou **Plano de Ensino Individualizado** (PEI). Esse documento é um dos principais recursos para garantir que as necessidades específicas dos estudantes sejam atendidas. Ele deve conter informações detalhadas sobre o estudante, incluindo suas habilidades, dificuldades, possíveis adaptações e estratégias pedagógicas recomendadas.

Por exemplo, um estudante com dislexia pode necessitar de provas com maior tempo de realização e textos em fonte ampliada para facilitar a leitura. Já um estudante com TEA pode precisar de um cronograma visual para ajudá-lo a compreender a rotina escolar. No entanto, muitas escolas ainda não elaboram o PEI, seja por falta de conhecimento ou de orientação.

O Plano Educacional Individualizado (PEI) é um direito de todos os estudantes, típicos ou atípicos, que apresentam contingências da vida diária e necessitam de adaptação escolar.



Do ponto de vista legal, seguem abaixo as leis para consulta:

- [Lei 9394/96](#) - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- [Lei 12.764/2012](#) - Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Resolução CNE/CEB nº 01/2011;
- [LBI 13146/2015](#) - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência;
- [Decreto 6949/09](#) - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.



Analisando os vários marcos legais, identificamos a urgência da construção de um projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de equidade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia. Assim, o PEI deve ser contemplado no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, oficializando e sistematizando sua elaboração como ferramenta de viabilização do processo de acessibilidade.

Visando auxiliar o processo de elaboração do PEI, o IBS disponibiliza arquivos editáveis para o registro de todas as informações e necessidades sobre cada aluno com deficiência ou com questões de defasagem no processo de aprendizagem. Você pode acessar cada um deles clicando nas imagens abaixo!



Acima à esquerda, modelo de PEI para a Educação Infantil. À direita, modelo de PEI para Ensinos Fundamental e Médio.



Projeto Político Pedagógico (PPP)

A inclusão escolar vai além da adaptação de aulas e materiais. Para que ela aconteça de forma eficaz, é fundamental que a escola tenha um planejamento pedagógico estruturado para esse fim, refletido nos documentos institucionais.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento institucional que define os princípios e diretrizes da escola, incluindo sua abordagem em relação à inclusão. Nesse sentido, o PPP é um instrumento essencial para garantir que uma educação inclusiva seja aplicada de maneira sistemática e eficiente, com um comprometimento que valida a intenção desse documento.



O PPP não pode ser apenas um documento burocrático, mas deve representar o compromisso da escola com a transformação da prática educativa.

Ilma P. Alencastro Veiga (2003)

O PPP precisa ir além do papel e se traduzir em ações concretas dentro da escola. Um exemplo de um PPP inclusivo é aquele que estabelece formações continuadas sobre educação especial para os professores, adaptações físicas no ambiente escolar e estratégias de sensibilização para toda a comunidade escolar.

Segundo a Resolução CNE/CEB nº 4/2009:

"a oferta do atendimento educacional especializado deve ser organizada de forma a garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular".

(BRASIL, 2009)

Isso significa que a inclusão não deve ser tratada como uma ação isolada, mas como parte integrante da proposta pedagógica da escola. Agora, refletia:

- O PPP de sua escola contempla a inclusão de maneira clara e objetiva?
- Ele garante diretrizes práticas e aplicáveis para atender estudantes com deficiência, ou apenas citam a inclusão de forma genérica?
- Ele contém diretrizes claras sobre acessibilidade, formação docente e estratégias pedagógicas inclusivas?
- Ele contempla a necessidade de produção do PEI como instrumento de conhecimento de necessidades específicas de alunos com deficiência ou com atraso na aprendizagem?



Se o PPP da sua escola ainda não conta com diretrizes sobre educação inclusiva, que tal contribuir para torná-lo um documento mais alinhado aos princípios da inclusão?

Analise o PPP da sua escola e pense em três sugestões para torná-lo mais inclusivo. Afinal, uma escola realmente acessível começa no planejamento!

Ao refletir sobre esses aspectos, percebemos que a inclusão não depende apenas de boas intenções, mas de planejamento estruturado e ações concretas.

Pensando na importância deste documento e buscando apoiar gestores e educadores, o Instituto Brasil Solidário criou um material para reflexão e revisão sobre o Projeto Político Pedagógico. [Clique aqui](#) para baixar e debater com a comunidade escolar!



Aprenda com os resultados

Após colocar em prática o planejamento inclusivo, o professor deve analisar os resultados obtidos com atenção. O processo de reflexão permite identificar o que funcionou bem e o que ainda pode ser aprimorado. Nesse momento, o foco deve estar no desenvolvimento dos estudantes e na melhoria contínua da prática pedagógica. Avalie se os objetivos de aprendizagem foram alcançados e como cada estudante respondeu às adaptações realizadas.

É possível que um recurso específico tenha sido mais eficaz para certos estudantes ou uma dinâmica de grupo tenha facilitado a participação de todos. Esse tipo de análise permite adaptar estratégias para as próximas aulas, tornando-as cada vez mais inclusivas e eficazes. Um ponto importante é buscar as percepções dos próprios estudantes. Pergunte o que eles acharam da aula, de quais atividades gostaram mais ou se alguma parte dela

poderia ter sido feita de forma diferente. Ao contribuírem com ideias, os estudantes ajudam o professor a melhorar o seu plano.

Tenha em mente que há chance de eles se sentirem ainda mais motivados ao perceberem a oportunidade de participar ativamente da elaboração das atividades. Uma possibilidade para trabalhar com crianças é usar emojis – símbolos gráficos para representar ideias, emoções ou pensamentos. Essas imagens são muito conhecidas por grande parte dos estudantes, já que elas são bem comuns na internet. O professor pode recortar emojis e pedir para cada estudante selecionar um ou dois para representar a sua percepção sobre determinada aula ou atividade.

Depois, o estudante deve ter a oportunidade de explicar a sua escolha. Adicionalmente, a avaliação que o professor faz dos seus resultados enriquece seu repertório de estratégias inclusivas e faz com que ele tenha mais segurança para enfrentar desafios futuros.

Uso de metodologias ativas em sala de aula

A Educação Inclusiva renova o jeito de pensar a sala de aula e rompe barreiras. Por essa razão, as abordagens mais inovadoras favorecem a inclusão dos estudantes e propiciam formas diferentes de aprender. Nesse contexto, é interessante conhecer as metodologias ativas. Elas são um conjunto de estratégias de ensino que colocam o estudante no centro do processo de aprendizagem. A proposta difere das abordagens tradicionais, em que o professor é a principal fonte de conhecimento.

As metodologias ativas incentivam o estudante a ser mais participativo e protagonista em sala de aula. A ideia é que ele aprenda de maneira prática e interativa, resolvendo problemas, participando de debates, trabalhando em grupo e aplicando os conteúdos de modo dinâmico.

Assim, o professor atua como um facilitador, que orienta e promove atividades que estimulem o pensamento crítico, a colaboração e a



autonomia. Com isso, o estudante é desafiado a refletir, experimentar e construir o conhecimento ativamente e com engajamento.

Consequentemente, essas abordagens auxiliam a reduzir as barreiras metodológicas e a tornar as atividades mais flexíveis. Elas respeitam as diferentes formas de aprender e de se expressar dos estudantes – valorizando as suas particularidades.

A seguir, veja algumas possibilidades de metodologias ativas para a Educação Inclusiva!



Gamificação

A gamificação (do inglês, *game*) traz elementos dos jogos para o contexto educativo, tornando o aprendizado mais divertido e motivador. A ideia é usar pontos, fases, desafios e recompensas para envolver os estudantes e incentivá-los a superar etapas.

Os jogos podem ser digitais – contando com o apoio de tecnologias acessíveis – ou usar recursos analógicos. O professor tem a opção de convidar os estudantes a participarem da sua criação. Por exemplo, ele pode construir um jogo com peças feitas pelos estudantes e um tabuleiro desenhado no chão.

Os jogos de Educação Financeira disponibilizados pelo Instituto Brasil Solidário no programa Vamos Jogar e Aprender são uma excelente alternativa para essa perspectiva. Disputas mais demoradas, como é o caso do Bons Negócios, ou olimpíadas de Piquenique promovidas pela es-

cola (ou até mesmo pela rede municipal), passam a ser atrativos interessantes para que essa gamificação renda bons frutos para o trabalho em sala de aula.

A gamificação favorece a Educação Inclusiva porque permite que cada estudante avance no seu ritmo, desenvolvendo suas habilidades de modo prático e envolvente. A proposta também incentiva o trabalho em equipe. Dessa maneira, cada estudante contribui com suas habilidades, promovendo um ambiente de colaboração e inclusão. A metodologia ainda estimula os elementos lúdicos, que ajudam a tornar a aprendizagem mais significativa para a turma.



Exemplo prático

Uma atividade simples e útil em diferentes conteúdos é o *quiz* com pontuação. Nessa dinâmica, os estudantes respondem a perguntas sobre o tema que estudaram e recebem pontos ou recompensas simbólicas – como medalhas ou emblemas – ao acertar as respostas. Conforme os estudantes avançam na atividade, eles acumulam os itens e progridem de fase. Para tornar o *quiz* inclusivo, o professor pode precisar fazer alguns ajustes. Primeiramente, ofereça opções de participação oral e escrita para atender a diferentes necessidades de comunicação e expressão.

Além disso, explore o uso de recursos visuais, como imagens e ilustrações, que auxiliam estudantes com dificuldades de leitura e compreensão. Se for preciso, adapte o tempo de resposta, permitindo que cada estudante responda no seu próprio ritmo.

Para estudantes com baixa visão ou deficiência auditiva, certifique-se de que o conteúdo é oferecido com legendas, audiodescrição e outros apoios necessários. Mais uma possibilidade é incluir diferentes tipos de perguntas. Existe a opção de fazer questões de múltipla escolha, verdadeiro ou falso e perguntas abertas para acomodar estilos distintos de aprendizagem. O *ranking* também é adaptável para promover uma competição saudável e inclusiva.

Uma ideia é trabalhar em equipes, nas quais os estudantes, ao colaborarem, somam pontos coletivos, enfatizando o apoio e o trabalho coletivo.



Sala de aula invertida

Na sala de aula invertida, os estudantes estudam o conteúdo básico em casa, antes da aula, por meio de vídeos, leituras ou outras atividades. Quando eles chegam à escola, já contam com uma base de conhecimentos. Logo, o tempo em sala é usado para atividades práticas, discussões e para tirar as dúvidas.

Nosso curso de Introdução à Educação Inclusiva segue essa metodologia. Nesse exato momento você está lendo o que aqui foi escrito, fazendo suas anotações e destacando informações importantes para discuti-las em nossa aula interativa. Assim, o tempo da aula é melhor aproveitado e o debate, potencializado.



A proposta tende a ser benéfica para a Educação Inclusiva por permitir que cada estudante explore o conteúdo da sua maneira. Ela também facilita o uso de diferentes modos de aprendizagem, pois o professor consegue explorar formatos distintos. A inversão do modelo tradicional valoriza o tempo de interação e o professor pode oferecer apoio personalizado para cada estudante, respeitando diferentes estilos de aprendizado. Mas a efetividade da estratégia depende do envolvimento da família, já que o estudo em casa é essencial.

Exemplo prático

Primeiramente, no momento de preparação em casa, os estudantes assistem a um vídeo curto e didático sobre a temática proposta. Ele deve incluir legendas e audiodescrição para atender tanto a estudantes com deficiência auditiva quanto visual. Além do vídeo, o professor disponibiliza um resumo em texto, com opções de fontes grandes e versões em áudio para estudantes com dificuldades de leitura ou baixa visão. Para garantir que todos absorvam o conteúdo, eles respondem a algumas perguntas simples sobre o que aprenderam.

A reflexão ainda em casa ajuda o estudante a ter uma compreensão inicial, que contribuirá para a aula presencial. Na escola, o professor inicia a discussão aberta sobre o tema, incentivando os estudantes a compartilharem o que entenderam e a esclarecerem dúvidas que surgiram. A organização da sala também deve facilitar a interação, com os estudantes em um círculo ou em grupos menores – em que todos consigam ver e ouvir uns aos outros. Na sequência, a turma pode ser dividida em grupos para realizar uma atividade prática.

Uma possibilidade é distribuir um conjunto de imagens e cartões com elementos relacionados ao assunto e propor uma criação a partir dele. Por exemplo, se o conteúdo for sobre ecossistemas, o professor distribui cartões com conjuntos de seres vivos para que cada um forme a sua própria cadeia alimentar. Ao fim, os grupos apresentam o seu resultado para a turma e explicam como chegaram até ele. Pode haver um momento de trocas de ideias, fortalecendo o que foi aprendido.



Aprendizagem baseada em projetos

Na aprendizagem baseada em projetos (ABP), os estudantes exploram um tema ou resolvem um problema por meio de atividades práticas e interdisciplinares. O método incentiva o protagonismo, pois os estudantes precisam planejar, investigar e apresentar soluções.

Nos projetos, eles têm a oportunidade de se aprofundar no assunto e consolidar os seus conhecimentos. Para a Educação Inclusiva, a abordagem tende a ser eficaz por valorizar a participação e as habilidades de cada estudante, favorecendo a construção coletiva do conhecimento. Veja como colocá-la em prática [clicando aqui!](#)

Exemplo prático

Uma alternativa de ABP na Educação Inclusiva é dividir os estudantes em grupos, com a tarefa de criar uma campanha de conscientização sobre um tópico relacionado à aula. Após uma introdução do professor sobre o assunto, os estudantes recebem materiais em formatos acessíveis.

Cada grupo pesquisa o tema, coletando dados por meio de entrevistas, visitas ou pesquisas online. As etapas devem ser adaptadas conforme as necessidades dos estudantes. Assim, durante o desenvolvimento do projeto, o grupo escolhe o formato da campanha.

Algumas ideias são vídeo, mural interativo ou apresentação de slides, adaptando as



tarefas para que todos participem. Em reuniões periódicas, o professor oferece apoio e garante que todos estejam colaborando, cada um à sua maneira.

Na apresentação final, os grupos compartilham suas campanhas com a turma. Eles devem ser orientados a usar formatos inclusivos, como legendas, apresentações com intérpretes de Libras ou cartazes com textos simplificados.

Também é relevante que, após a conclusão das apresentações, a turma discuta as campanhas e reflita sobre o aprendizado. Desse modo, todos têm a chance de aprender sobre os diferentes tópicos abordados.



Uso de linguagens artísticas integradas para abordar temas e conceitos

Outra forma de explorar temáticas de forma inclusiva é o uso de linguagens artísticas integradas, ou seja, formas de arte que explorem as visualidades, os sons, o tato, o gesto, entre outras linguagens, ao mesmo tempo. Elas oferecem a possibilidade de o estudante alinhavar conhecimentos de áreas distintas de uma maneira lúdica, mobilizando diversos sentidos. As artes integradas podem facilitar a expressão do estudante que, podendo explorar suas potencialidades na linguagem com a qual mais se sente familiarizado e confortável, rompe possíveis barreiras de comunicação.

Um exemplo de como a mobilização dos sentidos por meio da arte pode afetar a percepção dos estudantes está na história verídica do editor de som italiano Mirco Mencacci, que ficou cego ainda menino. Seu percurso pode ser conhecido no filme Vermelho como o céu (2004), do diretor Cristiano Bortone.

Exemplo prático

Encenações e apresentações teatrais costumam ser um prato cheio para práticas inclusivas, porque mobilizam diversos sentidos, ampliando as oportunidades de construção de conhecimento de forma coletiva! São atividades que envolvem protagonismo em pesquisas sobre o tema proposto, produção textual e/ou oral, expressão corporal, criação artística de cenário, figurino e maquiagem, escolha de efeitos sonoros e trilha musical, além de habilidades socioemocionais como engajamento social, amabilidade e resiliência.



Importante lembrar!

É preciso que o professor oriente as atividades e promova as adaptações necessárias a cada tipo de deficiência. A criança com deficiência estará plenamente socializada ao oferecer sua contribuição em uma ou mais etapas do processo e, também, ao receber contribuições dos colegas. A prática autoral e criativa promove a proatividade de todos, proporcionando um ambiente empático e colaborativo, para que a proposta culmine numa apresentação.



Abordagem lúdica no ensino

A ludicidade tem papel relevante na educação. Tenha em mente que ela ajuda na expressão de sentimentos e ideias, traz confiança no processo de aprendizagem, proporciona prazer ao aprender, entre outras funções. Por meio das brinca-deiras, as crianças aprendem sobre si mesmas.

Também é com o aspecto lúdico que elas interagem com o mundo à sua volta e se preparam para a vida adulta. Além disso, brincar auxilia no desenvolvimento de habilidades como atenção, imaginação, memória e socialização. Vale destacar que mesmo os pré-adolescentes e adolescentes podem se beneficiar de uma abordagem mais lúdica. Entretanto, ela deve ser adaptada para evitar a sensação de infantilização, que tende a ser rejeitada nessa fase da vida.

Para estudantes com deficiência, o lúdico é uma forma de promover a inclusão e desenvolver suas habilidades de maneira natural e prazerosa. A proposta também ajuda a formar um autoconceito positivo entre os estudantes que são PCDs.

Os jogos de Educação Financeira do Instituto Brasil Solidário (IBS) são um exemplo de ludicidade e inclusão com os quais se pode abordar muitos temas transversais que dialogam com os componentes curriculares. Eles podem ser adaptados para a melhor formatação da sua turma, como partidas em duplas produtivas, seleção de algumas cartas etc.



Freepik

Algumas sugestões de abordagem lúdica na educação inclusiva

- alfabeto na natureza: nessa atividade, as crianças buscam na área externa da escola elementos para cada letra do alfabeto;
- caixa sensorial: o professor leva uma caixa contendo elementos-surpresa que estimulem cada sentido dos estudantes, como efeitos sonoros ou objetos com textura;
- pega-pega sensorial: todos os estudantes ficam com os olhos vendados e o “pegador” deve se orientar apenas por sons emitidos pelos colegas. O Curso de Introdução à Música do IBS oferece algumas opções interessantes práticas musicais lúdicas e brinca-deiras, entre elas, “Gato Mia”.
- teatro do movimento: os estudantes devem representar os personagens de uma peça apenas por gestos corporais, sem emitir sons. Uma ideia para inspirar os estudantes é apresentar filmes clássicos do cinema mudo;
- história por sons: a história é contada por efeitos sonoros e as crianças devem interpretar juntas o que acontece. O Curso de Rádio Escolar do IBS oferece diversas ideias criativas para trabalhar com sons e música apontando, inclusive, a rádio novela como proposta pedagógica.



Literatura

Para além dos livros de literatura em formatos acessíveis, como edições em Braille, em Libras, sensoriais ou em áudio, a própria literatura é uma fonte inesgotável de interações e aprendizagens que propõe a abertura e o debate para o tema da diversidade e da inclusão. São muitas as

obras que tratam dessas questões de uma forma sensível e, sobretudo, artística. Afinal, a leitura, o livro e a literatura são importantes recursos que contribuem para a compreensão e aceitação das pessoas com deficiência, incentivando o seu total acolhimento na sociedade. Conheça, abaixo, algumas obras que abordam o tema.

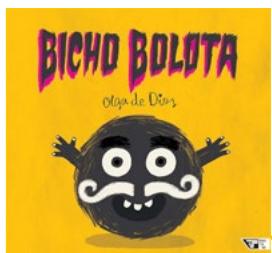
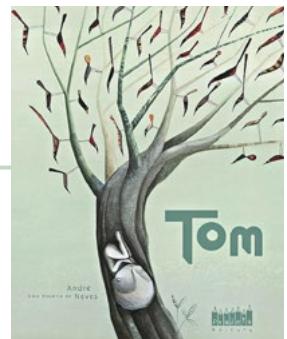


Esta é Sílvia, de Jeane Willis e Tony Ross, Editora Salamandra (2014)

Sílvia é uma criança em cadeira de rodas, mas isso não é impeditivo para que ela viva e conviva normalmente com todos ao seu redor, inclusive, não a impede que ela apronte poucas e boas.

Tom, de André Neves, Editora Projeto (2012)

Tom é uma criança que enxerga o mundo da sua maneira e assim, somos convidados também a enxergá-lo para além dos estereótipos, com empatia e aceitação.



Bicho bolota, Olga de Dios, Editora Boitatá (2023)

Já pensou que difícil viver tentando se encaixar em estereótipos pré-definidos? O Bicho Bolota até que tenta, mas descobre e assume a sua identidade, mesmo quando tudo ao seu redor vai contra sua personalidade.



O menino e o mar, de Lulu Lima e Lalan Bessoni, Editora Mil Caramiolas (2023)

Traz a história de duas crianças: uma menina com deficiência visual e um menino com autismo. Ele tem medo do mar e ela, enxergando beleza e poesia nos grãos de areia da praia, consegue mostrar ao menino todo o encantamento do oceano.



Quer ler um livro comigo?

de Lawrence Schimel, ilustrações de Thiago Lopes, editora Callis (2015)

Embora não tenha deficiência visual e já saiba ler muito bem, Antônio busca companhia para ler seu livro favorito, mas todos estão muito ocupados. Inesperadamente, ele recebe um convite para ler junto..., mas quem será?



Não somos anjinhos,

de Gusti, Editora Solisluna (2018)

O livro revela a vida de crianças com síndrome de Down e suas famílias traduzindo, de uma forma simples, como essas crianças levam uma vida igual a de qualquer outra criança: brincando, chorando, ficando com raiva etc.



ABPcD: letras, infâncias e vidas de pessoas com deficiência, de Ana Clara Muniz e Lígia Azevedo, ilustrações de Bruna Assis Brasil, Editora Companhia das Letras (2024)

Cada letra do alfabeto corresponde a uma pessoa com deficiência que não teve medo de sonhar e superar os obstáculos: são professores, cientistas, artistas que, com sua força de vontade e exemplo, inspiram a todos.



Para ir além com as metodologias ativas

Você pode conhecer mais profundamente as metodologias ativas baixando e lendo três livros gratuitos da editora FTD Educação, disponíveis no site *Conteúdo Aberto*, que abordam o tema.

Além de uma breve introdução, os livros trazem sugestões de sequências didáticas e possibilidades de interdisciplinaridade.

[Clique aqui para acessar!](#)



Tecnologia Assistiva e Comunicação Aumentativa e Alternativa

Você percebeu a presença dessa expressão *Tecnologia Assistiva* ao longo do curso até aqui, não é? Em 16 de novembro de 2006, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - SEDH/PR, através da portaria nº 142, instituiu o Comitê de Ajudas Técnicas - CAT, e esse comitê definiu que *Tecnologia Assistiva* é:

"uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social".

(BRASIL: SDHPR.
Comitê de Ajudas Técnicas - ATA VII)

Elas abrangem produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços com foco em proporcionar mais autonomia às PCDs. A tecnologia assistiva é um recurso utilizado por uma pessoa com

deficiência para que ela consiga se locomover, se comunicar, segurar objetos etc. Alguns exemplos são:

- rampas de acesso;
- cadeira de rodas;
- mesa educacional;
- banheiro adaptado;
- corrimão para escadas;
- membro artificial;
- aparelho auditivo;
- materiais em Braille;
- vocalizador;
- software de leitor de tela;
- calculadora sonora.



A **Comunicação Aumentativa e Alternativa** (CAA) faz parte desse conjunto e engloba todas as estratégias, dispositivos e métodos utilizados para complementar ou substituir a comunicação verbal. Existem duas principais categorias da CAA:

- **CAA Não Tecnológica**: inclui gestos, expressões faciais, pranchas de comunicação com símbolos ou imagens.
- **CAA Tecnológica**: envolve *softwares*, aplicativos e dispositivos eletrônicos, como sintetizadores de voz e *tablets* com comunicação alternativa.

Os recursos devem ser selecionados conforme as condições da escola e as necessidades dos estudantes. Os professores também devem passar por capacitações ou formações específicas para lidar com essas tecnologias.

Para ir além...

A *DIVERSA* é uma plataforma digital que tem como objetivo construir e compartilhar conhecimento sobre boas práticas de educação inclusiva. Seu público-alvo é formado por educadores, gestores escolares, técnicos de secretaria de educação, familiares de estudantes e outros profissionais comprometidos com o tema.

Com a *DIVERSA*, é possível ter acesso a relatos de experiência, estudos de caso, pesquisas, artigos, notícias e outros materiais que podem servir como referência para redes de ensino que almejam oferecer um atendimen-



Freepik

to de qualidade a todos os estudantes, independentemente de suas especificidades.

Além disso, a plataforma mantém um banco de sugestões de materiais para atividades pedagógicas que é possível acessar [clicando aqui!](#)

Adaptação do processo avaliativo com foco na inclusão

Existe um aspecto que precisa ser considerado na hora de pensar em uma escola que siga a proposta de educação inclusiva: a aplicação de avaliações.

Afinal, se o professor considera as diversas habilidades dos seus estudantes e adapta as formas de aprender, como analisar o seu desempenho? O momento da avaliação é desafiador para a educação inovadora, pois ele tende a gerar ansiedade e segregação entre os estudantes. Quando se trata de uma visão que valoriza a diversidade, fica ainda mais difícil pensar em como tornar a forma de avaliar a aprendizagem mais adequada. Nas abordagens tradicionais,

os estudantes PAEE realizam uma prova diferente dos demais.



A charge acima, elaborada pelo cartunista capixaba Ricardo Ferraz, ele mesmo um artista cadeirante, satiriza a desigualdade de oportunidades e a falta de inclusão, criticando a ideia de que todos podem ser avaliados da mesma forma, sem levar em consideração as suas diferenças.

É inegável que o desenvolvimento de cada estudante é único e o currículo deve ser flexível. Da mesma forma, a avaliação deve ser ajustada. Nesse caso, em vez de se tratar de um momento de comparar o desempenho entre toda a turma, a referência está no processo individual do estudante.

O parâmetro para cada estudante é ele mesmo. Então o professor deve perceber o quanto ele aprendeu para saber se o trabalho está seguindo na direção certa. Tenha em mente que o foco não é selecionar ou classificar o estudante, mas entender e acompanhar o seu desempenho. Veja como fica essa proposta, na prática!

A avaliação na educação inclusiva

Para realizar a avaliação seguindo uma proposta mais inclusiva, em vez de aplicar uma prova única para toda a turma, o educador precisa conhecer a trajetória de aprendizagem de cada estudante. Ele deve monitorar as suas conquistas

ao longo do tempo e oferecer múltiplas formas de expressão do conhecimento.

Para tanto, o professor pode incluir diferentes modalidades de avaliação, como apresentações orais, projetos, debates ou trabalhos escritos. Nesse contexto, ele precisa considerar os recursos e apoios necessários para cada estudante. E olha mais uma vez o PEI mostrando sua importância, não é? Com esse material completo e bem redigido em mãos, o planejamento da atividade avaliativa fica muito mais simples!

Adicionalmente, é fundamental estabelecer um ambiente seguro e acolhedor, em que o erro seja encarado como parte do processo de aprendizagem. Dessa maneira, os estudantes se sentem à vontade para se expressar, sem medo de fracassar.

As formas de fazer as avaliações variam conforme as metodologias de ensino escolhidas e as regras da escola.

Em alguns casos, a instituição exige determinada pontuação e até mesmo define como fazer o cálculo. Porém, mesmo nas elaborações das tradicionais provas, há como implementar abordagens diferentes, incluindo outros tipos de desafios aos estudantes para além da memorização e reprodução de conteúdo.



Medidas adicionais em Educação Inclusiva

Ao longo desse aprendizado, você teve contato com elementos essenciais para a Educação Especial na perspectiva da educação Inclusiva. Mas também é importante tomar medidas adicionais, que colaboram para que toda a escola esteja envolvida em um mesmo objetivo. Veja quais são outros aspectos relevantes da abordagem!

Trabalho em conjunto com a família

É válido reforçar o papel da família como uma aliada indispensável na construção de um processo educativo inclusivo. A escola deve manter a comunicação com os pais ou responsáveis pelos seus estudantes, compartilhando informações sobre o seu desenvolvimento e alinhando estratégias de apoio.

O envolvimento familiar faz toda a diferença na adaptação de métodos pedagógicos e na manutenção do apoio para que o estudante se sinta seguro e motivado. Dessa forma, o seu desenvolvimento tende a se tornar mais rico e coerente.

Promoção de uma cultura inclusiva

A educação inclusiva não acontece apenas por meio de recursos materiais e de atividades pedagógicas. Para que ela se torne realidade, a escola deve ter uma cultura que valorize a diversidade – com atitudes que promovam o respeito às diferenças e a convivência harmoniosa.

Nesse sentido, ela pode promover ações como atividades culturais, debates e *workshops* sobre inclusão. Todas as pessoas envolvidas na educação precisam estar comprometidas com essa perspectiva, o que naturalmente se reflete na cultura escolar.

Ações de prevenção ao *bullying*

O *bullying* é uma das grandes barreiras para a inclusão, por normalmente partir dos próprios estudantes, dificulta o movimento de inclusão. Portanto, a escola deve ter programas de prevenção e realizar intervenções rápidas

para identificar e combater qualquer forma de *bullying* ou violência.

Os estudantes precisam aprender sobre empatia, respeito e as consequências de atitudes discriminatórias. Da mesma forma, os educadores devem estar preparados para lidar com situações de conflito. O combate ao *bullying* é uma forma de assegurar que todos os estudantes se sintam seguros e aceitos no ambiente escolar. Só assim eles terão condições adequadas para o desenvolvimento pleno – um dos objetivos da educação inclusiva.

Vamos refletir...

Assista ao vídeo clicando na seta abaixo.



Agora, responda:

- como você tem trabalhado seus alunos a erradicação do *bullying*?
- Você acredita que tal prática seja uma construção social?
- Como podemos combatê-la no cotidiano escolar?



Parceria entre escola e comunidade

Por fim, a escola deve estabelecer uma relação de parceria com a comunidade em que ela está inserida. Lembre-se de que a Educação Inclusiva não deve se limitar ao ambiente escolar, pois a instituição se relaciona com a região da qual ela faz parte.

Nesse contexto, a escola pode estabelecer parcerias com organizações locais e até mesmo com empresas. As alianças ajudam a criar redes de apoio para os estudantes e suas famílias – ampliando as oportunidades aos estudantes.

A colaboração entre escola e comunidade fortalece o processo de inclusão, trazendo novos recursos e abordagens que beneficiam a aprendizagem e a socialização. Além disso, ao se integrar à comunidade, a escola amplia sua capacidade de criar soluções criativas e inclusivas.



Para finalizar

Neste fascículo, vimos a necessidade de uma boa formação para educadores e equipe escolar para realizar um bom trabalho de educação inclusiva nas escolas.

Também apresentamos formas de planejamento e metodologias que favorecem as dinâmicas de educação inclusiva, permitindo que as turmas, em toda a sua diversidade, consigam alcançar os objetivos de aprendizagem propostos.

Proporcionar a todos um ambiente mais tranquilo, alegre e aberto à diversidade e ao aprendizado colaborativo é uma construção coletiva, possível somente com a união da equipe escolar e da comunidade.



Referências bibliográficas

- ALMEIDA, R. *Doenças neuromusculares e seus impactos na mobilidade*. Editora Saúde & Vida, 2019.
- BARREIRO et al. *A arte e o afeto na inclusão escolar: potência e o pensamento não representativo*. Childhood & philosophy, vol. 14, n.º 30, pp. 517-534, 2018. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.re-dalyc.org/journal/5120/512057166015/html>> . Acesso em: 20/12/2024.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> . Acesso em: [10/02/2025].
- BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>> . Acesso em: [19/02/2025].
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf> . Acesso em: [19/02/2025].
- BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13456-rceb004-09&category_slug=setembro-2011-pdf&Itemid=30192> . Acesso em: [08/02/2025].
- BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 dez. 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm> . Acesso em: [09/02/2025].
- BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 01, de 5 de janeiro de 2011. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 jan. 2011. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/media/publicacoes/semesp/diretrizes.pdf>> . Acesso em: [05/02/2025].
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> . Acesso em: [01/02/2025].
- BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm> . Acesso em: [09/02/2025].
- BRASIL. SDHPR - Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SNPd. 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/publicacoes>> . Acesso em 26/03/2025.
- DINIZ, Débora. *Deficiência e desigualdade*. Editora Fiocruz, 2012.
- GLÁT, Rosana; FERNANDES, Fernandes. *Educação inclusiva: práticas pedagógicas e processos de ensino-aprendizagem*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.
- _____. *Educação inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?* São Paulo: Summus, 2003.
- MENDES, Enicéia Gonçalves. *A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil*. Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 33 set./dez. 2006.
- OLIVEIRA, P. *Paralisia cerebral e o desenvolvimento motor*. Editora Universidade, 2010.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: um guia prático*. Editora WVA, 2006.
- _____. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- SILVA, L.; SOUZA, M. *Lesão medular e adaptação funcional*. Editora Reabilitação Integral, 2015.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível*. Campinas: Papirus, 2003.



Conteúdo protegido - Proibida a reprodução sem créditos ao Instituto Brasil Solidário
para fotos ou contextos de projetos apresentados

